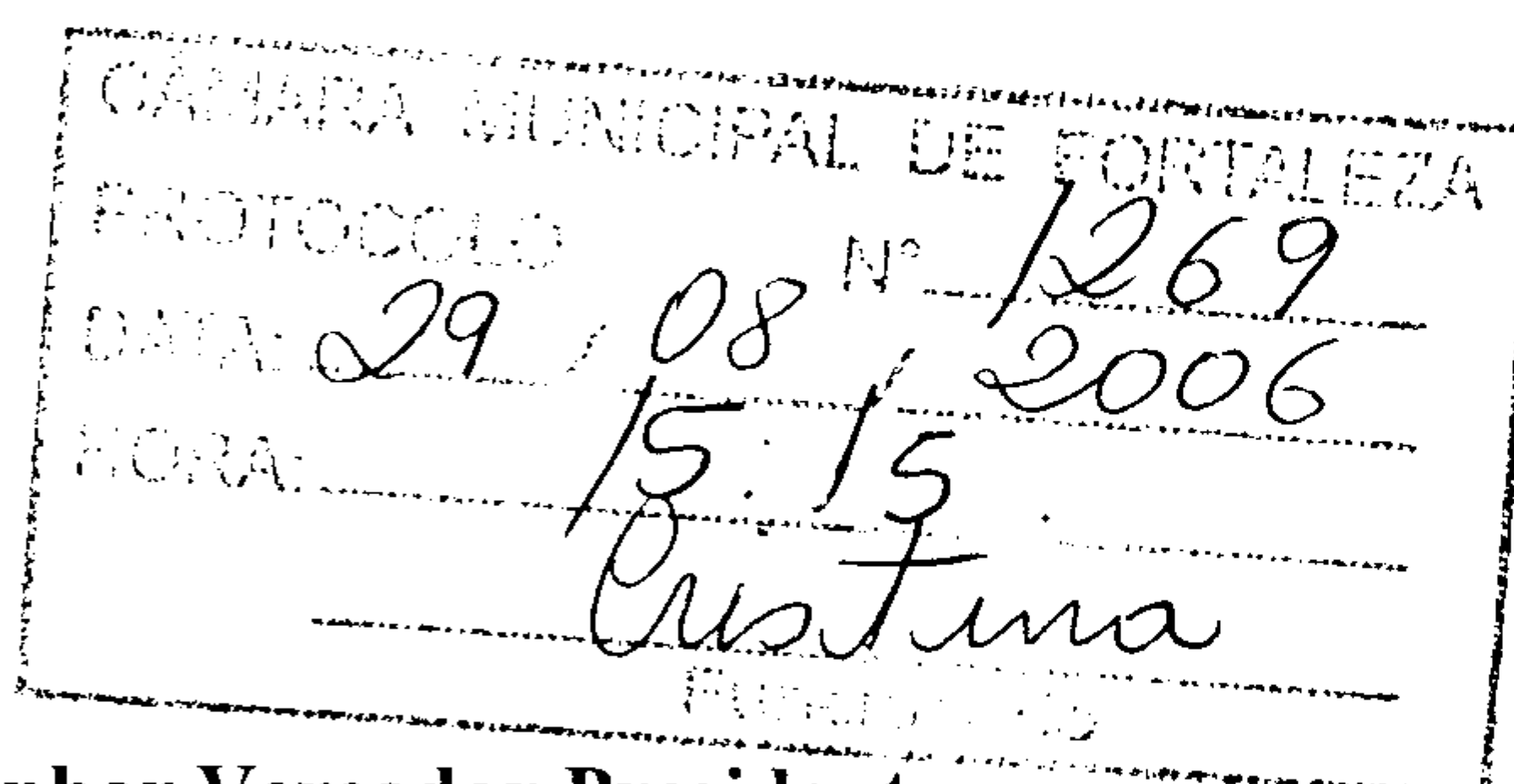
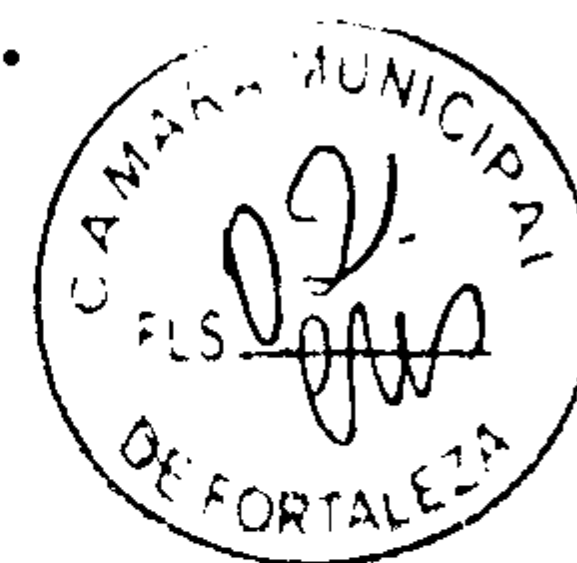


MENSAGEM N.º **0021**, DE 29 DE *agosto*

DE 2006.

**Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente,**

Tenho a honra de submeter a essa Augusta Casa Legislativa Projeto de Lei que altera o art. 68, da Lei Municipal n.º 6.794, de 27 de dezembro de 1990, Estatuto dos Servidores do Município.


Esta iniciativa, visando garantir à parturiente e ao seu filho o direito à amamentação nos seis primeiros meses de vida, amplia para cento e oitenta dias corridos a licença maternidade das servidoras no Município.

A Organização Mundial da Saúde entende serem inquestionáveis os benefícios da amamentação praticada de forma exclusiva até os seis primeiros meses para a criança, sua mãe e a sociedade, tendo firmado entendimento de que o aleitamento materno no citado período pode reduzir em até um quinto os índices de mortalidade infantil.

Especialistas também defendem que o bebê amamentado conforme o recomendado terá menos risco de desenvolver diabetes, hipertensão e doenças cardiovasculares. Para as mães, a amamentação proporciona redução do sangramento após o parto, diminuição da incidência de anemia, câncer de mam e ovário.

Face a todos os benefícios mencionados e levando em consideração que é dever do Estado promover condições favoráveis para o estabelecimento da afetividade e do bem-estar proporcionado pela amamentação precoce, solicito a Vossa Excelência e a seus dignos pares apreciar a matéria que ora se cuida, submetendo sua tramitação a regime de urgência.

No ensejo, formulo a Vossas Excelências protestos de elevada estima e consideração.

  
**Luizianne de Oliveira Lins****Prefeita de Fortaleza**

PROJETO LEI Nº 0298, DE 31 DE Agosto DE 2006.



Altera o art. 68, da Lei  
6.794, de 25 de dezembro de 1990.

n.º

**A Prefeita Municipal de Fortaleza no uso de suas atribuições legais,  
Faz saber que a Câmara Municipal aprova e ela sanciona a seguinte Lei :**

**Art. 1º.** Fica modificado o art. 68 da Lei n.º 6.794, de 25 de dezembro de 1990, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 68. A servidora gestante, mediante inspeção médica, será licenciada por cento e oitenta dias corridos, sem prejuízo de sua remuneração integral.

.....  
§ 2º. Aos servidores que adotarem ou obtiverem guarda judicial de crianças de até um ano de idade, serão concedidos 120 dias consecutivos de licença, sem prejuízo da remuneração.

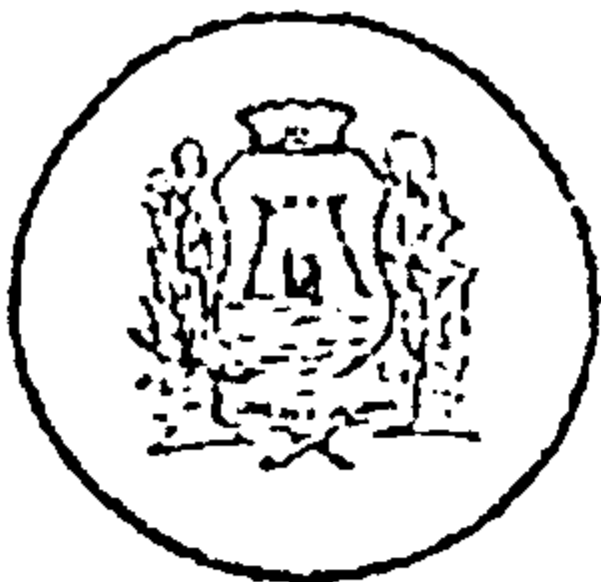
§ 3º. No caso de falecimento da criança, dentro do período da licença, a servidora deverá retornar ao trabalho no prazo nunca superior a cento e vinte dias do parto, salvo quando o evento acontecer após o prazo após o prazo referido neste parágrafo, caso em que a servidora submeter-se-á imediatamente à exame clínico, e retornará ao trabalho após 30 dias do evento, se autorizada pelo médico.”

**Art. 2º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Fortaleza, aos 31 dias do mês de Agosto de 2006.

**Luizianne de Oliveira Lins**  
Prefeita de Fortaleza





12

LEI Nº 6794 DE 27 DE Setembro DE 1990.

DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES DO  
MUNICÍPIO DE FORTALEZA E DÁ OUTRAS PRO-  
VIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

#### TÍTULO I

##### DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 1º- Esta Lei regula o regime jurídi-  
co dos servidores municipais de Fortaleza, tendo em vista o disposto no  
art. 39, da Constituição da República Federativa do Brasil e na Lei  
Complementar nº 002, de 17 de Setembro de 1990.

§ 1º- É servidor municipal, para fins des-  
ta Lei, quem exercer cargo em comissão da administração direta, autár-  
quica ou fundacional dos poderes do município, mediante remuneração e  
em caráter não eventual.

§ 2º- Cargo público é o lugar, inserido no  
Sistema Administrativo do Município, caracterizando-se, cada um, por de-  
terminado conjunto de atribuições e responsabilidades de natureza perma-  
nente, com denominação própria, número certo e pagamento pelo Erário Mu-  
nicipal e criação por Lei.

§ 3º- Para os efeitos desta Lei, conside-  
ra-se Sistema Administrativo o complexo de órgãos dos Poderes Legislati-  
vo e Executivo e suas entidades autárquicas e fundacionais.

Art. 2º- Os servidores municipais abrangi-  
dos por esta Lei serão integrados em Plano de Carreira específico, con-  
forme dispuser lei própria, distribuindo-se em Quadro de Cargos Efeti-  
vos e Quadro de Cargos Comissionados.

Art. 3º- São direitos assegurados aos se-  
vidores municipais da administração pública direta, autárquica e funda-  
cional:

I - política de recursos humanos:



13

## CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA - fl. 20 -

grave, estados avançados de Paget (osteíte deformante) ou de outra moléstia que, a juízo da Junta Médica Municipal, ocasionar incapacidade total e definitiva, será concedida quando o exame médico não concluir pela concessão imediata da aposentadoria.

Art. 66 - Será integral a remuneração do servidor licenciado para tratamento de saúde.

### SEÇÃO III

#### DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 67 - Será concedida licença ao servidor, por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, padrasto ou madrasta, ascendentes, descendentes, enteado e colateral consanguíneo ou afim até o segundo grau civil, mediante comprovação médica.

§ 1º - A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, o que deverá ser apurado através de acompanhamento social.

§ 2º - A licença será concedida sem prejuízo de remuneração integral.

### SEÇÃO IV

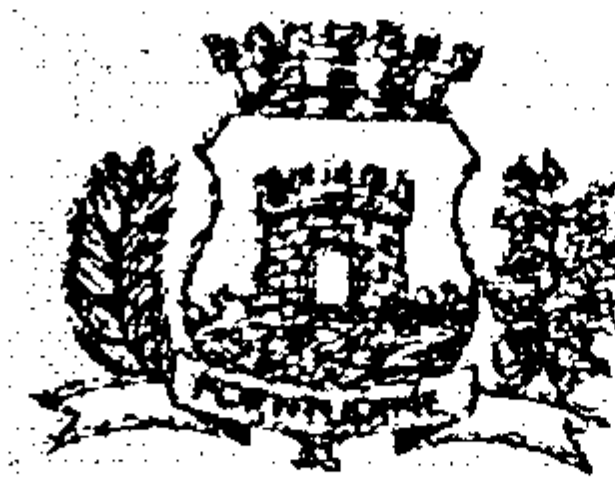
#### DA LICENÇA MATERNIDADE

Art. 68 - A servidora gestante, mediante inspeção médica, será licenciada por 120 (cento e vinte) dias corridos com remuneração integral.

§ 1º - A prescrição médica determinará a data de início da licença a ser concedida à gestante.

§ 2º - Aplica-se à servidora adotante o disposto no caput deste artigo.





## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.

PARECER Nº 0048,06

PROJETO DE LEI Nº 0298/06

MENSAGEM Nº 0021/06

AUTOR: PREFEITA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Senhores Membros da Comissão,

### RELATÓRIO

1. Trata-se da análise de projeto de lei de autoria da Exma. Sra. Prefeita Municipal, que *altera o art. 68, da Lei n. 6.794 de 25 de dezembro de 1990 (Estatuto do Servidor Público do Município de Fortaleza)*
2. Segundo a exposição de motivos apresentada pela nobre chefe do Executivo Municipal, na mensagem que encaminha o projeto em comento, aduz que – a iniciativa visa garantir a parturiente e ao seu filho o direito à amamentação nos seis primeiros meses de vida, ampliando para cento e oitenta dias corridos (180) a licença maternidade das servidoras do Município. Aduz, ainda, que a Organização Mundial da Saúde entende serem inquestionáveis os benefícios da amamentação praticada de forma exclusiva até os seis primeiros meses para a criança, sua mãe e a sociedade, tendo firmado entendimento de que o aleitamento materno no citado período pode reduzir em até um quinto os índices de mortalidade infantil. Logo adiante conclui que – em vistas de todos os benefícios mencionados e levando em consideração que é dever do Estado promover condições favoráveis para o estabelecimento da efetividade e do bem-estar proporcionado pela alimentação precoce...solicita aos membros que compõem esta Casa Legislativa a tramitação em regime de urgência.

### FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

4. Quanto ao aspecto da legalidade, não evidenciamos nenhuma contrariedade a dispositivos legais, conforme se passa a demonstrar a seguir. A matéria se insere dentre aquelas em que o “estado” está obrigado a ofertar a todo e qualquer cidadão, por se tratar de direito fundamental insculpido em nossa Carta Magna – direito à saúde – que é indisponível e, é direito objetivo do estado disponibilizá-lo para os cidadãos, conforme disposto no art. 6º e 196 da Constituição Federal.



## CONCLUSÃO/ENCAMINHAMENTO

5. Assim, efetivando análise da legalidade e de mérito relativa à conveniência e oportunidade do ato, entendemos que não há nenhum óbice jurídico à apreciação e aprovação do presente projeto, pelo que somos favoráveis a seu encaminhamento para deliberação pelo Plenário desta augusta Casa Legislativa.

Submeto a matéria relatada à elevada consideração dos membros desta Comissão, com sugestão de encaminhamento pela sua aprovação.

É o nosso parecer, s.m.j.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA EM 05 DE *setembro* DE 2006.

<i>José da Luz Silva</i>	Relator	<i>Proh</i>
<i>Mirri</i>		
<i>Adalmar Sette</i>		
	Presidente	

